



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero,
feminismos, raça/etnia, sexualidades**

**Sub-eixo: Relações étnico-raciais, povos indígenas, negros/as, quilombolas,
ribeirinhos e desigualdades**

O PAPEL DAS FAMÍLIAS INDÍGENAS NO INGRESSO DE SEUS ESTUDANTES NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

GILZA FERREIRA DE SOUZA FELIPE PEREIRA¹

ISMAEL GIACHINI FRARE²

WAGNER ROBERTO DO AMARAL³

RESUMO

Apresenta resultado de pesquisa visando compreender o papel das famílias indígenas no ingresso de seus estudantes na Universidade Estadual de Londrina, no âmbito da política estadual de educação superior indígena no Paraná, pioneira no país. Expondo o mapeamento de ingresso de estudantes por grupos familiares, analisa as influências e os impactos nas políticas afirmativas para os povos indígenas.

Palavras-chave: Educação superior indígena; Ações afirmativas; Família extensa; Acadêmicos indígenas.

ABSTRACT

It presents research results that cover roll indigenous families admission their students State University Londrina, within the scope state policy on indigenous higher education in Paraná, pioneer country. Exposing mapping studententry family groups, it analyzes influences and impacts on affirmative policies for indigenous peoples.

Keywords: Indigenous higher education; Affirmative actions; Extended family; Indigenous academics.

1. INTRODUÇÃO

O Serviço Social brasileiro tem intensificado seus debates em torno da questão étnico

¹ Universidade Estadual de Londrina

² Universidade Estadual de Londrina

³ Universidade Estadual de Londrina



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

racial enquanto uma das questões centrais na sua formação, trabalho e pesquisa, enfrentando esta temática enquanto uma questão estrutural que se reproduz no âmbito do racismo institucional e presente em todos os espaços sociais (ABEPSS, 2023). Constata-se a importância deste debate necessário à profissão, em razão da (in)visibilidade da questão indígena nas produções acadêmicas do Serviço Social e nos documentos publicados pelas entidades representativas da categoria profissional no Brasil. Da mesma forma, se observa o recente percurso de novas leituras e reflexões sobre esta temática, que passam a compor o arsenal teórico-investigativo e formativo dos assistentes sociais, agregando à compreensão crítica e aproximando-a da totalidade da realidade brasileira e latino-americana (BILAR, AMARAL, 2020).

Ao tratarmos dos povos indígenas é preciso assinalar a grande diferença entre aqueles milhões de povos nativos que habitavam as terras conhecidas hoje como Brasil, desde milênios anteriores à invasão portuguesa e os povos denominados indígenas que, atualmente, são 0,83% dos habitantes brasileiros, totalizando 1.693.535 pessoas, de acordo com o Censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Luciano (2006, p. 17) aponta que essa redução do contingente demográfico já evidencia que “muitas coisas ruins as atingiram [...] entre escravização, guerras, doenças, massacres, genocídios, etnocídios que por pouco não eliminaram por completo os seus habitantes”.

Oliveira e Freire (2006) relatam que o imaginário colonial era profundamente ambíguo e negativo sobre os povos indígenas, derivadas de visões de mundo que davam um sentido humanitário e religioso ao “empreendimento colonial” (econômico, político e militar). A ideia de superioridade cristã em relação aos nativos ‘degenerados’ sentenciava a mudança dos costumes e valores dos nativos, para que fossem integrados ao trabalho colonial, por meio de ‘guerras justas’ e da escravização. Esse processo de escravização e de pedagogia moral e religiosa aplicada pelos invasores europeus não se deu sem resistência de cada povo indígena, a partir do seu próprio dinamismo e criatividade⁴.

O processo de colonização do Brasil envolvia uma política indigenista que tinha por finalidade a fragmentação da população nativa em dois grupos polarizados, os aliados e os inimigos de Portugal (OLIVEIRA; FREIRE, 2006), redesenhando as relações no decorrer dos diferentes contextos históricos nacionais, continuamente mediadas pela expropriação, usurpação e exploração de seus territórios tradicionais. De acordo com Amaral (2020, p. 183), essas

⁴ Pacheco de Oliveira (1999) afirma ser um equívoco a ideia de cultura originária ou autóctone, isenta ou neutra de mácula da presença de instituições coloniais, que busca retirar as coletividades indígenas de um amplo esquema dos estágios evolutivos da humanidade e passando a situá-las na contemporaneidade e em um tempo histórico múltiplo e diferenciado.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

mediações ocorreram através de “monoculturas agrícolas e agropecuários, seja pelos empreendimentos públicos e privados telegráficos, ferroviários, hidroelétricos e de transmissão elétrica, rodoviários, de mineradoras etc., bases fundamentais para a estruturação urbano-industrial no país”.

A descaracterização eugênica das populações indígenas foi a aposta dos intentos colonialistas nos períodos Colonial, Imperial e Republicano, como estratégia de amansar, miscigenar e converter como trabalhadores nacionais, de modo homogêneo, visando construir simbolicamente a noção de “povo brasileiro” e de um ideário de democracia racial. Assim foi constituída a expressão genérica, simbólica e perversa: “índio brasileiro” (AMARAL, 2020, p. 184).

Compreende-se assim que os indígenas não são representantes de uma única cultura que resiste e é refratária às históricas transformações sociais e culturais. Ao contrário, são pertencentes a diversos grupos étnicos que sofreram modificações históricas atravessadas pelos constantes e intensos contatos com as sociedades não indígenas, principalmente no contexto do desenvolvimento capitalista.

Tal concepção de cultura parte da orientação da antropologia histórica presente nos estudos de João Pacheco de Oliveira (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998; 1999; 2002; 2006) que, por sua vez, é inspirada pela antropologia política e nos estudos das “sociedades complexas” presentes nas reflexões de Eric R. Wolf, bem como na compreensão sobre as fronteiras étnicas presentes nas referências de etnicidade de Fredrik Barth e, por fim, parametrada pelas reflexões sobre identidade étnica e reconhecimento marcadas pela etnologia indígena de Roberto Cardoso de Oliveira (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1964; 1972; 1976; 2006).

Segundo Luciano (2006), essa diversidade étnica e sociocultural que os povos indígenas possuíam e ainda possuem, representa uma poderosa arma na luta e defesa de seus direitos nos tempos atuais⁵, além de fortalecerem e manterem afirmativamente o orgulho de pertencerem a uma cultura própria e de serem originários deste território.

Para isso, é fundamental compreendermos que, dentre os 305 povos indígenas que habitam o território brasileiro, e 274 línguas indígenas faladas, o que denota a ampla diversidade étnico-linguística desses povos, três deles habitam o estado do Paraná: os povos Kaingang, Guarani e Xeta (IBGE, 2022). Os dois primeiros têm ocupado um número significativo de vagas

⁵ A Declaração Universal dos Povos Indígenas e a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de que seja reconhecido o direito dos povos indígenas de viverem e desenvolverem suas próprias instituições, promovendo a efetividade dos direitos sociais, econômicos e culturais, e respeitando a sua identidade social e cultural, assim como seus costumes e tradições.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

nas Universidades Estaduais paranaenses ofertadas por meio dos vestibulares específicos. Com mais de vinte anos de regulamentação da Política de Educação Superior Indígena para as Universidades Estaduais do Paraná, ocorrida por meio da Lei Estadual nº 13.134/2001, observa-se a necessidade de análises sobre os impactos das políticas afirmativas no interior das comunidades indígenas beneficiadas.

Esta pesquisa, enquanto um trabalho de conclusão do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL), está vinculada e se apresenta como um recorte do projeto de pesquisa “Os circuitos de trabalho indígena na educação e as trajetórias dos profissionais indígenas”. Sendo as políticas afirmativas para os povos indígenas na educação superior uma experiência pioneira do estado do Paraná no país, o objetivo deste trabalho é compreender o papel das famílias no ingresso de estudantes indígenas na UEL. Seu desenvolvimento se dá através de dois momentos metodológicos sendo: revisão bibliográfica; e levantamento, sistematização e análise de dados documentais.

Ademais, esta pesquisa conta com a ação colaborativa e coautoria de uma pesquisadora indígena, doutoranda da Universidade Estadual de Londrina, que contribuiu na identificação dos grupos familiares de estudantes indígenas na UEL e na análise das implicações destas relações.

2. ASPECTOS DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL KAINGANG E GUARANI NO PARANÁ Os dados divulgados pelo Censo 2022 registram que, no Paraná, 30.460 pessoas se autodeclararam indígenas. Assim, registrou-se um aumento de 14% na população indígena do Estado, em comparação aos dados do Censo anterior, de 2010, o que era de 26.559. Este número representa 0,27% da população total do Paraná, que é de 11.443.208 habitantes. Atualmente, o Paraná tem a 14ª maior população indígena do País e a segunda maior da região Sul, atrás de Rio Grande do Sul, com 36.096 pessoas (PARANÁ, 2023). Em comparação com os dados gerais do País, o Paraná está acima da média nacional, com 45,59% da população morando em terras indígenas. No Brasil, a proporção é de 36%. No que concerne aos Kaingang e Guarani, estes povos estão situados demograficamente entre os povos com maior densidade populacional indígena presentes no território brasileiro e paranaense. Sendo povos de distintos grupos étnicos, os Kaingang e os Guarani compõem o conjunto de diversidades e especificidades presentes entre os povos indígenas no Brasil que apresentamos em números anteriormente.

Os estudos arqueológicos, de acordo Mota e Noelli (1999), demonstram que o território do atual estado do Paraná foi ocupado desde onze ou doze mil anos antes do presente (a.p.). As pesquisas apontam que os povos indígenas que vivem no estado hoje, os Kaingang, Guarani e



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Xetá, chegaram entre 4.000 e 2.000 a.p. Os autores têm por tese que as análises históricas devem recolocar os indígenas enquanto sujeitos ativos no processo de colonização do Paraná.

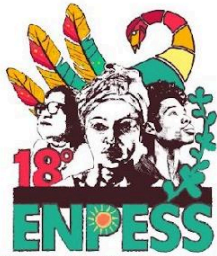
Segundo Tommasino e Fernandes (2001), estes povos ocuparam e reocuparam, antes e depois do processo de colonização dos não indígenas, revelando-se um fenômeno de conquista e resistência presentes até a atualidade. Acerca dessas impressões, Tommasino (1995) pondera que reconhecer a presença das sociedades indígenas representaria o reconhecimento dessas nações. Portanto, os mapas expressam essa operação de “apagamento” dos indígenas ao passo que expressam a evidência da presença da população ocidental (TOMMASINO, 1995).

A partir de 1930, sob intervenção do Governo Federal e perpassando vários Governos do Estado do Paraná, deu-se início a um processo de redução, delimitação e demarcação de terras indígenas em reservas ou áreas indígenas. Tal processo foi intrinsecamente motivado pela ofensiva entrada e expansão das empresas capitalistas no processo de colonização do norte do estado (AMARAL, 2010). O mitológico vazio demográfico e o sertão desabitado, produzida, ensinada e difundida, sobretudo, pelos e nos meios escolares até o princípio dos anos 1980 do século XX, como afirma Mota (1994), foi pretexto para empreender essa expansão, provocando mudanças singulares nas dinâmicas socioculturais e políticas nos grupos étnicos que vivem e resistem neste território até os dias atuais.

Diferentes também são os seus processos e movimentos de resistência considerando, inclusive, as relações interétnicas de alianças e conflitos entre estes grupos diante das intervenções dos Governos Federal, Estadual e Municipais, e de organizações religiosas e não governamentais em seus territórios (AMARAL, 2010).

A presença e as manifestações políticas no espaço acadêmico desses povos e suas comunidades são expressões das suas características culturais, cosmologias, relações político-faccionais, linguísticas próprias. A recente ocupação da universidade, ora visível ora invisibilizada, por meio dos estudantes indígenas, torna-se fundamental para a compreensão de alguns aspectos das especificidades socioculturais destes povos. Amaral (2010, p. 256) considera importante este reconhecimento para que sejam “percebidos, apreendidos e compreendidos na análise das trajetórias dos acadêmicos indígenas”, enquanto sujeitos das políticas afirmativas de ensino superior no Paraná.

De acordo com Tommasino (2021), a especificidade da noção de pessoa nas sociedades indígenas é reconhecer que há uma grande distinção em relação à noção de indivíduo na sociedade ocidental. Para Seeger, Da Matta e Eduardo Viveiros de Castro, o corpo ocupa, nas sociedades indígenas do Brasil uma “posição organizadora central” (SEEGER et al.,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

1987, p. 12). Esses antropólogos defendem a tese de que

a originalidade das sociedades indígenas brasileiras reside numa elaboração particularmente rica da noção de pessoa, com referência especial à corporalidade enquanto idioma simbólico focal”. Sugerem que “a noção de pessoa e uma consideração do lugar do corpo humano na visão que as sociedades indígenas fazem de si mesma são caminhos básicos para uma compreensão adequada da organização social e cosmologia dessas sociedades (SEEGER et al., 1987, p.12).

Para além da noção de pessoa, outro aspecto importante para a compreensão do papel das famílias no ingresso de estudantes indígenas nas universidades públicas, é a organização social dos povos Kaingang e Guarani, especialmente na região sul. Embora sejam os pais as pessoas responsáveis diretas pela criação dos filhos, Alcida Ramos (1986) esclarece que o processo de socialização é amplo e feito pelos parentes próximos e por toda a comunidade. Nas aldeias indígenas, as crianças aprendem sobre as regras sociais estabelecidas culturalmente. Nota-se que a infância é uma fase de aprendizado social e as crianças são totalmente integradas na vida comunitária.

Outro aspecto a ser compreendido diz respeito a importância da família extensa na economia, na política e no cotidiano das famílias indígenas. Tommasino (2021) explica que as famílias indígenas, tanto Kaingang quanto Guarani, possuíam, desde antes da invasão colonial e nas décadas posteriores, um modo de habitar em famílias extensas (de duas a três gerações), dividindo grandes ranchos onde todas as famílias nucleares se distribuíam. Apesar de viverem em casas ocidentais com apenas uma família nuclear, de modo imposto pelo indigenismo oficial e por missionários atuantes nos aldeamentos do século XIX no Paraná, os Guarani e os Kaingang, se organizam até hoje em famílias extensas.

Luciano (2006) ao abordar sobre a família extensa no âmbito das comunidades indígenas e respeitando as especificidades das diferentes etnias, define que a família pode constituir um conceito amplo, baseado em uma organização social constituída por família extensa compreendendo-a como “unidade social articulada em torno de uma figura do patriarca ou da matriarca, com relações de parentesco ou afinidade política” (LUCIANO, 2006, p. 43), ainda que possa ter constituição diversa de acordo com determinada etnia.

Tommasino (2021), observa que os povos indígenas dos estados do Sul, vivem nas habitações que abrigam famílias nucleares, porém, mantendo a organização das comunidades assentada na família extensa⁶. Cada pessoa dessa família assume seu papel de acordo com sua idade, sexo e lugar na rede de parentesco, constituindo-se enquanto unidade de produção e

⁶ Comumente, a família extensa se forma a partir de um conjunto de casas próximas constitutivas dessa unidade sociológica que expressam a matrilocalidade.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

consumo. Entretanto, mudanças tem ocorrido recentemente, ocasionando diversos novos arranjos intra e extrafamiliares, em relação à sobrevivência econômica dos povos indígenas contemporâneos na região Sul.

Relacionado ao processo de privatização da posse da terra indígena e das relações de parentesco, Veiga (2005) afirma que o ordenamento jurídico brasileiro garante às comunidades indígenas a posse coletiva sobre as terras que tradicionalmente habitam, mas que ocorre de haver áreas com plantações extensivas cuja produção ou renda não reverte ao conjunto da comunidade. A autora aponta indícios de uma mudança no regime de apropriação da posse da terra dentro das comunidades indígenas. Esta reflexão da autora se subsidia no sentido coletivo da terra, considerando que, anteriormente à colonização de exploração e expropriação de terras indígenas, os povos indígenas não conheciam a propriedade privada.

A pressão capitalista por terras agricultáveis no sul do Brasil tem pressionado comunidades indígenas para que disponham suas terras tradicionais de modo direto ou de modo indireto pela via do arrendamento aos não indígenas. O que se desenrola nesse processo no interior das comunidades “são mecanismos de transferência de renda e de poder que reproduzem, nas terras indígenas, o modelo de sistema capitalista do entorno” (VEIGA, 2005, p. 8). Veiga ainda indica que, paulatinamente, a política interna nas terras indígenas tem reproduzido a estrutura de classes que detém os indivíduos de usufruir das garantias constitucionais.

Resguardadas as particularidades históricas e de modos de vida de cada povo, ao desenvolver a análise sobre elementos que envolvem ocupação espacial e articulação política a partir das relações de parentesco, Vietta (2001, p. 95) sinaliza em sua pesquisa que “a inserção de um grupo familiar nas decisões políticas ou na distribuição de bens e serviços depende da sua habilidade em participar das alianças”, resultando num número expressivo de famílias que ficam à margem dessas articulações, vivendo em total estado de pobreza.

No caso do Paraná, a sobrevivência das famílias indígenas se dá na combinação de várias fontes e formas alternativas, como: assalariadas dentro das terras indígenas como professores, agentes de saúde, diretores de escola, merendeiras, motoristas, produção e comércio de cestaria de taquara, assalariamento no mercado regional. Muitas famílias são também beneficiárias de programas sociais como Programa Bolsa Família e usuárias de serviços municipais de proteção social básica da política de assistência social. Tommasino (2021) ressalta ainda que, atualmente, acontece o fenômeno de deslocamento da maior parte dos homens, adultos e jovens, às fazendas de Santa Catarina para trabalharem na colheita da cebola e da



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

beterraba, permanecendo por cerca de dois meses em cada jornada, repetida várias vezes ao ano.

Tommasino (2021) enfatiza objetivamente sobre os aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos, que dão bases para avaliar de modo contextual as dificuldades de um estudante indígena que ingressa na universidade. A autora pontua que vários indígenas ingressam na universidade casados e mesmo que sejam solteiros, é comum que tenham filhos para cuidar e sustentar, considerando que os jovens indígenas iniciam sua vida sexual desde a puberdade e ocorrendo de casarem-se ainda na “adolescência”⁷. Neste caso, a família extensa é acionada para ser rede social de apoio fundamental para que o estudante indígena faça a travessia do ingresso até a formatura no curso superior, também frente a essas novas necessidades. É perceptível a existência de um projeto familiar, pois tanto os familiares quanto as autoridades indígenas, objetivam que todos os empregos existentes dentro das TIs sejam ocupados pelos jovens dessa comunidade.

Esta relação possui um papel na escolha da graduação pelos acadêmicos indígenas, pois considerarão as proximidades geográficas entre suas comunidades de pertencimento e as IES, a oferta de cursos ou mesmo as demandas e expectativas de suas famílias e comunidades. Neste processo, é essencial o apoio das famílias e das lideranças indígenas para a sua permanência, haja vista que estes acadêmicos sofrem por implicações psicológicas, sociais e emocionais, por residirem distantes de suas famílias, bem como alteração em hábitos alimentares e formas de viver (AMARAL; LUCIANO, 2021).

A saída da comunidade para estudar pode resultar em importantes perdas, já que ficam distantes de modos próprios de convivências solidárias, não propiciadas pelo novo ambiente. Trata-se de interrupções de práticas espirituais, simbólicas e existenciais habituais, podendo gerar sofrimentos pela impossibilidade de manter costumes e tradições. Tais perdas se revelam ainda pela distância do convívio com as suas famílias (AMARAL; LUCIANO, 2021, p. 30).

Amaral e Luciano (2021) também apontam questionamentos relacionados à realidade da diversidade étnica invisibilizada na produção acadêmica. Os autores argumentam que impera um não espaço para a existência de outras racionalidades “e se torna quase como um dogma, que não pode ser questionado e oprime o que não é explicado por ela” (2021, p. 31). Para os autores, há uma variedade de questões que, em seu conjunto, ocasionam a “instalação de sofrimentos como o choque cultural; o distanciamento da família; a convivência com a discriminação; as cobranças da comunidade e as exigências específicas dos cursos” (idem).

⁷ Ainda que não seja objeto de análise deste texto, entendemos que seja importante a problematização do conceito de adolescência e juventude para os povos indígenas, sendo necessário compreender os processos próprios de reconhecimento do que seja a infância e vida adulta para cada um dos grupos étnicos.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Importa, assim, compreender como está configurada a política de ingresso e permanência de indígenas na educação superior no Brasil, especialmente no Paraná, *locus* de nossa investigação⁸.

Outrossim, observa-se que a universidade tem se apresentado como um espaço de direito a ser conquistado e ocupado cotidianamente pelos povos indígenas como forma de afirmação de suas lutas e fortalecimento de suas culturas, tendo a possibilidade de acessar e intercambiar conhecimentos que possibilitem maior qualidade de vida nas comunidades indígenas, bem como na luta pela demarcação dos seus territórios originais.

3. O INGRESSO E PERMANÊNCIA DE INDÍGENAS NA UEL E A CARACTERIZAÇÃO DESSES ESTUDANTES POR GRUPO FAMILIAR

Dentre a identificação de alguns aspectos que são considerados fundantes na compreensão do ingresso e permanência, é importante destacar que a política estadual de ingresso e permanência de indígenas nas Universidades Estaduais paranaenses garante o acesso ao Auxílio Permanência⁹ aos estudantes indígenas aprovados pelo Vestibular dos Povos Indígenas do Paraná. Esse benefício passa a ser usufruído de formas distintas entre os estudantes indígenas considerando que muitos deles residem em seus territórios de pertencimento e se deslocam diariamente para a universidade por estarem vinculados em cursos de período noturno; outros estudantes residirão no espaço urbano tendo em vista a longa distância de suas comunidades e a inviabilidade de deslocamento, principalmente aqueles matriculados em cursos de tempo integral. Nesse sentido, o auxílio permanência passa a ser um benefício estratégico, mas ainda insuficiente para custear todas as despesas decorrentes da permanência universitária, principalmente por tratar-se de recursos financeiros que são também socializados com suas famílias, sendo alvo de questionamentos por parte dos estudantes indígenas junto a SETI-PR (AMARAL; KASEKER; CAMPOS, 2024).

A UEL torna-se uma das principais opções dos candidatos aos Vestibulares dos Povos Indígenas do Paraná, que moram em terras indígenas do norte paranaense pela proximidade geográfica existente. Segundo dados sistematizados pela CUIA/UEL, dos 42 estudantes indígenas matriculados no ano de 2024, somente seis deles pertencem a terras indígenas mais distantes de Londrina (em torno de 500km de distância) sendo que 36 deles pertencem a

⁸ Ver Frare, 2024; Amaral, 2010; Amaral e Luciano, 2021; Amaral, Bilar e Domingos (2017); Pereira, 2021.

⁹ No período de 2002 a 2016, foram publicadas seis resoluções pela SETI-PR alterando valores da “bolsa auxílio”, atualmente chamada de “Auxílio Permanência” para os/as estudantes indígenas. A memória do processo de instituição desse benefício e a progressiva alteração dos valores e natureza das bolsas podem ser encontrados em Amaral (2010) e Amaral, Kaseker e Campos (2024).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

territórios indígenas num raio de até 80km de distância. Do total de matriculados, 67% residem em Londrina, tendo que arcar com custos para viver no espaço urbano, para além de despesas na universidade.

O ingresso de estudantes indígenas na educação superior no Paraná, mais especificamente na UEL, possibilitou a formação de profissionais indígenas nas mais variadas áreas, aptos a ocuparem postos de trabalho que foram historicamente ocupados por não indígenas. Faz-se necessário, portanto, articular reflexões sobre a caracterização dos estudantes indígenas com o objetivo de compreender o papel das famílias no ingresso dos estudantes indígenas nesta instituição de ensino superior.

Primeiramente, para que pudéssemos estabelecer as relações sociais familiares, utilizamos do recurso de filtragem próprio, para identificar os sobrenomes que se repetiam na lista de estudantes indígenas matriculados na UEL entre 2002 e 2023, disponibilizado para esta pesquisa pela CUIA local.

A fim de alcançar o nosso objetivo, necessitamos que a averiguação fosse realizada conjuntamente com uma indígena que tivesse a apreensão das relações de parentesco entre cada um dos acadêmicos indígenas da UEL e as famílias extensas que moram nas terras indígenas de pertencimento desses estudantes. Assim sendo, contamos com a participação de uma pesquisadora indígena da UEL, coautora deste texto, que se prontificou a contribuir para esta pesquisa, indicando as relações existentes entre os estudantes indígenas com o mesmo sobrenome, ou não, listados entre os matriculados em cursos de graduação da UEL, formando os grupos que compõem esses pertencimentos familiares.

A análise dos registros documentais da UEL, indicam que foram matriculados nesta instituição, no período letivo de 2002 a 2023, o total de 136 estudantes indígenas, sendo que oito desses estudantes ingressaram por transferência externa, prevalecendo a totalidade de Kaingang e Guarani entre os ingressantes matriculados.

Na UEL, desse universo de indígenas matriculados e distribuídos entre essas etnias, ao longo de duas décadas, formaram-se 25 profissionais indígenas nas mais diversas áreas, a saber: um em Medicina Veterinária, três em Serviço Social, um em Direito, dois em Odontologia, quatro em Jornalismo, sete em Medicina, um em Educação Física, um em Design Gráfico, um em Artes Visuais, uma em Pedagogia, uma em Geografia, dois em Ciências Sociais. Outros 47 estudantes indígenas evadiram ou desistiram dos cursos em que estavam matriculados na UEL e 28 que voltaram a se vincular em outro curso da UEL ou em outra IES estadual. Cabe destacar a significativa redução dos índices de evasão de estudantes indígenas na UEL após a criação do

Ciclo Intercultural de Iniciação Acadêmica de Estudantes Indígenas nesta instituição no ano de 2014 (AMARAL; KASEKER, 2024).

Entre a lista de estudantes indígenas matriculados na UEL, foram identificados 40 estudantes, do universo de 136 matriculados de 2002 a 2023, que possuem parentesco com outros matriculados nesta mesma IES. Outra característica é que estes 40 estudantes se vinculam a 10 famílias, sendo elas sete famílias Kaingang das terras indígenas Apucarantina, São Jerônimo, Barão de Antonina e Mococa, e três famílias Guarani das terras indígenas Laranjinha, Posto Velho e Pinhalzinho, todas elas localizadas na região norte do Paraná.

O objetivo nesta etapa da pesquisa foi organizar a análise de cada uma dessas famílias que se destacam considerando que, desta forma, encontrássemos outras nuances de similaridades ou diferenças ou ainda ausência de dados. Ao nos debruçarmos no aprofundamento sobre essa realidade de correlações, tornou-se fundamental a compreensão do contexto sócio-histórico que marcaram essas famílias, bem como as influências estatais e privadas, em que se pode notar relações singulares nas trajetórias dos anciões dessas famílias extensas.

Ou seja, ao averiguar quem são os sujeitos dessas famílias, detectamos similaridades na trajetória daqueles que são os avós, pais ou tios dos estudantes indígenas da UEL, egressos e/ou matriculados atualmente. Isto porque, das 10 famílias identificadas, oito possuem pessoas que são ou já foram servidores da FUNAI e duas famílias possuem pessoas que trabalham ou trabalharam para a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI). Evidenciamos que todas essas famílias exercem considerável liderança dentro das suas terras indígenas. Tal constatação, corrobora com a tese de Amaral (2010) que já identificava que alguns núcleos familiares acessam mais a universidade. Segundo ele, comumente, esses núcleos familiares são compostos por indígenas que, em outros contextos, foram servidores de órgãos públicos, acumulando intercâmbios, negociações e interações com o poder público e com o universo urbano.

Em relação ao contexto sócio-histórico, um fato a ser destacado é que, no propósito de estabelecer ações que envolvessem um bilinguismo meramente instrumental, na década de 1970, a FUNAI estabeleceu convênios com o *Summer Institute of Linguistics* (SIL), uma missão evangélica americana de linguistas norte-americanos e europeus que visavam o desenvolvimento de pesquisas para o registro de línguas indígenas, preparação de material de alfabetização nas línguas maternas e de material de leitura, treinamento de pessoal docente e de autores indígenas. Traduziam o Novo Testamento para povos com línguas ágrafas, como



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

estratégia de conversão cristã, mesmo que esta finalidade, muitas vezes, tivesse sido por eles ocultada (COLBY; DENNETT, 1998; AMARAL, 2010).

No estado do Paraná, o SIL influenciou mormente através do enraizamento da Missão do Cristianismo Decidido, desenvolvendo formação de professores e lideranças indígenas evangélicas, muitos destes, atualmente, exercem cargos nas terras indígenas e foram estudantes indígenas universitários. Constatamos em nossa pesquisa que várias dessas lideranças, pais ou parentes dos indígenas matriculados na UEL, foram levados ao Rio Grande do Sul, na década de 1970, para aprenderem a língua Kaingang escrita na Escola Clara Camarão, como era conhecida.

A linguista alemã Ursula Wiesemann (1999), quem grafou a língua Kaingang, relata a ação pioneira desenvolvida por meio de uma ação consensuada e autorizada pelo Governo Militar através do seu órgão indigenista na região sul do país, mediante a criação do Centro de Treinamento Profissional Clara Camarão, sediado no Rio Grande do Sul, envolvendo jovens Kaingang de toda a região.

Outrossim, Suess (1980) evidencia que este forte caráter civilizatório da iniciativa, marcado pela atuação dos linguistas missionários do SIL, dentre outras posturas autoritárias do Governo Militar, despertaram a crítica de diversos antropólogos, linguistas, pesquisadores e educadores. Já na década de 1970, estes profissionais produzem reflexões sobre a construção de uma nova identidade indígena e sobre um novo parâmetro de educação escolar indígena no Brasil (SILVA; AZEVEDO, 1995). Segundo Tommasino (1997, p.119), “o bilinguismo dos missionários está voltado para o domínio da língua indígena como forma de se territorializarem no universo do *outro* e, “de dentro”, levarem aos indígenas o acesso à Bíblia, traduzida em língua nativa.”

Ainda que a educação escolar indígena tenha sido reconhecida como modalidade específica da educação básica no país desde 1996, Tommasino (2003) infere que, ainda em nossos dias, prevalece em grande medida o caráter civilizatório das escolas indígenas. Tal situação constitui-se um impasse de complexa resolução, pois vê-se que as escolas impostas pelos europeus, tiveram o objetivo de incorporar na América Latina o seu domínio econômico, político e cultural.

Podemos analisar, portanto, que algumas relações sociais têm se alterado nas sociabilidades indígenas pela ampliação das formas do desenvolvimento capitalista dentro de terras indígenas, por meio de alteração nas relações de força de trabalho e distribuição das riquezas produzidas de modo coletivo. Tommasino expressa a diferença existente entre a



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

organização social na sociedade capitalista e nas sociedades indígenas.

[...] quando produzimos, somos alienados de nossa produção e nos reduzimos à força de trabalho, isto é, somos coisificados; quem somos como pessoa, não interessa ao sistema, interessa, sim, apenas o que cada um de nós representa como força-de-trabalho. Os indígenas, ao contrário, ao produzirem, realizam-se como sujeitos de sua produção. O produto da caça deverá ser repartido conforme as regras estabelecidas culturalmente. Dentro dessa organização social, todos têm acesso aos produtos da caça, coleta e agricultura, sejam eles crianças, adultos ou velhos. Isso porque, pelas regras da reciprocidade parental, todos são ligados por direitos e obrigações. Na sociedade capitalista, a distribuição da produção é regida pelo mercado e, como a sociedade é dividida em classes sociais, o acesso aos bens depende do potencial aquisitivo de cada trabalhador (TOMMASINO, 2003, p. 77).

François Dubet (2001) ao cunhar o conceito de desigualdades multiplicadas, refere-se a um processo complexo em que as desigualdades sociais se manifestam de maneira paradoxal. Segundo Dubet, tal conceito descreve a multiplicação das desigualdades em diferentes níveis e formas na sociedade contemporânea. As desigualdades podem se reduzir em alguns aspectos, mas se transformam em níveis estratificados, ao mesmo tempo em que aumentam em outras áreas, gerando fragmentações no mercado e estabilizando privilégios para certos grupos. Esse fenômeno implica uma reconfiguração das desigualdades, criando novas formas de segregação e tutela, afetando especialmente grupos vulneráveis e ampliando as disparidades sociais.

De acordo com relatos e a partir da observação, umas das razões são as relações estabelecidas por famílias que se beneficiam do acesso a bens, serviços, educação e, principalmente, à renda, em detrimento de famílias que vivenciam situações de extrema vulnerabilidades socioeconômicas no interior das terras indígenas. Ou seja, o avanço predatório do sistema capitalista, ao alterar a organização social e produtiva nas terras indígenas, tem provocado o agravamento da questão social marcada pela agudização da desigualdade social e da pobreza.

O que se depreende também é que o capital cultural agregado desses núcleos familiares pode influenciar na dinâmica social das terras indígenas, através da posição social e política alçada por esses núcleos (AMARAL, 2010). A referência do conceito de capital cultural elaborada por Bourdieu (2015) tem de ver com a necessidade da compreensão das desigualdades de desempenho escolar dos sujeitos oriundos de diferentes grupos sociais. Esse conceito se caracteriza pela diminuição do peso do fator econômico, em comparação ao peso do fator cultural, na busca por explicar as desigualdades escolares¹⁰. Fundamental aprofundar os diálogos entre o conceito de capital cultural de Bourdieu com as dimensões culturais e cosmológicas dos povos Kaingang e Guarani, buscando identificar similaridades e distinções

¹⁰ Sobre capital cultural e suas três formas, ver Bourdieu (2015).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

possíveis, no contexto do ingresso, permanência e formação de profissionais indígenas.

Tommasino (2004) supõe também que a escolha de cursos pelos candidatos indígenas está fundamentada nas necessidades das comunidades em que vivem, as quais demandam profissionais nas áreas mais escolhidas, assim como por uma opção pessoal dos candidatos baseada, muitas vezes, pelas propagandas e mitos disseminados pelo mercado profissional.

Desse modo, entendemos que os dados levantados, sistematizados e evidenciados pela pesquisa documental sugerem maior aprofundamento acerca das influências que as famílias extensas, principalmente os seus anciões, avós e pais dos acadêmicos, podem produzir nos percursos dos estudantes indígenas. Importante buscar evidenciar com maior estudo, as assimetrias possíveis e existentes entre percursos de jovens de uma mesma comunidade indígena que pertencem a famílias extensas com distinto capital cultural acerca da escolha dos cursos, das potencialidades e limitações no universo acadêmico bem como na relação com o prestígio destas famílias nos seus territórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa intentou averiguar o papel das famílias no ingresso de estudantes indígenas na UEL, utilizando-se da sistematização da presença de núcleos familiares a partir da lista de estudantes indígenas matriculados nesta IES entre 2002 e 2023. Constatou-se assim que é premente ampliar as reflexões e as produções acadêmicas no que se refere ao papel das famílias que acessam a Universidade por diversos movimentos a serem ainda aprofundados.

Enquanto produtos do processo histórico, social e político, provenientes das demandas societárias para assegurar reprodução social, as políticas de ação afirmativa para indígenas são reveladoras das estratégias de luta e resistências históricas destas populações, considerando suas organizações socioculturais e suas perspectivas de lutas por direitos, intervenção e controle dos recursos ambientais existentes.

Contudo, é fundamental analisar os impactos que as políticas afirmativas criam no interior das comunidades indígenas beneficiadas, possibilitando condições de igualdade de condições de acesso ou mesmo, podendo gerar maiores ou multiplicadas desigualdades. Importante ainda que as políticas afirmativas dos povos indígenas reconheçam e se situem nos contextos históricos de cada povo e de cada comunidade, considerando suas dinâmicas próprias de organização política, relações de poder, relações com o Estado e de relações de parentesco entre os grupos familiares. Sinaliza-se assim, o aprofundamento necessário sobre os impactos da presença de estudantes e profissionais indígenas na universidade e nas terras indígenas, impacto principalmente para a organização familiar nestes territórios, provocando relações de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

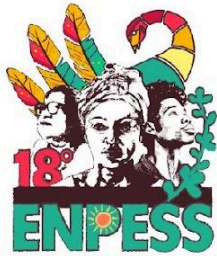
Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

desigualdades e, ao mesmo tempo, de possível convivência com a dimensão coletiva e comunitária existentes no interior destas comunidades.

A política pública de educação superior indígena se evidencia como uma necessidade produzida por estes povos e suas organizações políticas. Para tal, reafirma-se a importância e a reivindicação por participação efetiva de estudantes indígenas nas diferentes instâncias da universidade, bem como envolver suas famílias e lideranças nos diálogos sobre qual formação acadêmica e profissional deve ser orientada e quais demandas e impactos sociais, econômicos e culturais para os territórios, na perspectiva de “aldear” esta política estadual e, portanto, a educação superior.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Wagner Roberto do. **As trajetórias dos estudantes indígenas nas Universidades Estaduais do Paraná: sujeitos e pertencimentos**. 2010. Tese (Doutorado) - Doutorado em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.
- AMARAL, Wagner R.; RODRIGUES, Michelle A.; BILAR, Jenifer A. B. Os Circuitos de Trabalho Indígena: possibilidades e desafios para acadêmicos e profissionais kaingang na gestão das políticas públicas. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, [S.L.], v. 19, n. 2, p. 129, 30 dez. 2014. Universidade Estadual de Londrina. <http://dx.doi.org/10.5433/2176-6665.2014v19n2p129>.
- AMARAL, Wagner R.; KASEKER, Monica P.; CAMPOS, Margarida C. A experiência da CUIA/Uel para visibilidade e afirmação da presença indígena na universidade. In: LIMA, Ângela M. S.; CAMPOS, Margarida C.; AMARAL, Wagner R. (Orgs.) **Democratização da educação superior: ações afirmativas na Universidade Estadual de Londrina**. Londrina: Eduel, 2024. p. 41-59.
- AMARAL, Wagner R.; KASEKER, Monica P. A experiência do Ciclo Intercultural de Iniciação Acadêmica de Estudantes Indígenas da UEL. In: LIMA, Ângela M. S.; CAMPOS, Margarida C.; AMARAL, Wagner R. (Orgs.) **Democratização da educação superior: ações afirmativas na Universidade Estadual de Londrina**. Londrina: Eduel, 2024. p. 61-79.
- BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. In: CATANI, Maria A.; CATANI, Afrânio (orgs), **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 2015.
- DUBET, François. **As desigualdades multiplicadas**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003.
- FERNANDES, E. A. **Políticas afirmativas para povos indígenas: sob o olhar dos protagonistas**. Tese de Doutorado em Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém. 2018.
- FRARE, Ismael Giachini. **O papel das famílias indígenas no ingresso de seus estudantes na Universidade Estadual de Londrina**. 2024. 77. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social – Universidade Estadual de Londrina, 2024.
- LUCIANO, Gersem J. S.; AMARAL, Wagner Roberto do. Povos indígenas e educação superior no Brasil e no Paraná: desafios e perspectivas. **Integración y Conocimiento**, v. 2, n. 10, p. 13-37, 2021. LUCIANO, Gersem J. S. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, 2006.
- MOTA, Lúcio T.; NOELLI, Francisco S. Exploração e guerra de conquista dos territórios indígenas nos vales dos rios Tibagi, Ivai e Piquiri. In: DIAS, Reginaldo B.; GONÇALVES, José Henrique R. (orgs.). **Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá: EDUEM, 1999.
- OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A Presença Indígena na Formação do Brasil** – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.
- RAMOS, Alcida Rita. **Sociedades Indígenas**. São Paulo: Ática. 1986.
- SEEGER, A. et al. A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras. In: **Sociedades Indígenas e Indigenismo no Brasil**. Marco Zero/UFRJ, 1987.
- SUESS, Paulo. **Em defesa dos povos indígenas: documentos e legislação**. São Paulo: Loyola, 1980. TOMMASINO, Kimiye. **Seminário sobre Aspectos Históricos e Culturais da Sociedade Guarani no Paraná**. Secretaria Municipal de Saúde do Município de Piraquara/PR. Piraquara, 2006.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

_____. **A história dos Kaingang da bacia do Tibagi:** uma sociedade Jê meridional em movimento. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

_____. **Território e territorialidade Kaingang:** resistência cultural e historicidade de um grupo Jê. In: MOTTA, L. T.; NOELLI, F. S.; TOMMASINO, K. (orgs.). **Uri e Wãxi** – estudos interdisciplinares dos Kaingang. Londrina: UEL, 2000.

_____. **Parecer sobre a permanência dos estudantes indígenas na universidade, o papel da família e de suas comunidades.** Londrina: CUIA-UEL, 2021.

TOMMASINO, Kimiye; FERNANDES, Ricardo C. Kaingang. In: INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Enciclopédia dos Povos Indígenas no Brasil.** 2001. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/pib>. Acesso em: 23 mar. 2024.

VEIGA, Juracilda. **O processo de privatização da posse da terra indígena.** Montevideu, 2005. Disponível em: http://www.portalkaingang.org/privatizacao_juracilda.pdf. Acesso: 10 mar. 2024.

WIESEMANN, Ursula. **Os índios Kaingang aprendem a ler.** Copyright 1999 SIL International. Disponível em: <http://www.sil.org/americas/brasil/indgrps/portnbst.htm>. Acesso em: 08 set.2006.